



PODER

Fim da escala 6x1 vira marco social

Emenda promulgada pelo Congresso garante jornada de até 40 horas semanais, dois dias de folga e manutenção dos salários. Presente à cerimônia, presidente Lula celebra avanço e diz que descanso deve ser tratado como um direito fundamental

» ALÍCIA BERNARDES
» ARMANDO HOLANDA
» DANANDRA ROCHA

Com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Congresso Nacional promulgou, ontem, a emenda constitucional que põe fim à escala de trabalho 6x1 e estabelece uma jornada de até 40 horas semanais, com dois dias de descanso remunerado e manutenção integral dos salários. A cerimônia, conduzida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), teve a participação, também, do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e foi marcada por discursos em defesa dos direitos trabalhistas e pela disputa política em torno dos efeitos da medida às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais.

Lula classificou a mudança como uma **conquista histórica** e afirmou que a promulgação atende a uma reivindicação da sociedade brasileira. Ao defender a nova regra, argumentou que o descanso deve ser tratado como um direito fundamental, sobretudo diante do custo de vida e das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para conciliar emprego, família e lazer.

O presidente lembrou que trabalhou no regime de cinco dias de serviço para dois de folga, embora precisasse trabalhar aos sábados para complementar a renda e pagar o aluguel. “Se a gente não garantir o direito de o ser humano descansar, direito de visitar a família, visitar os parentes, que tipo de seres humanos nós somos?”, questionou.

Para o petista, as transformações tecnológicas e as mudanças no comércio e no ambiente digital exigem uma distribuição mais equilibrada dos ganhos de produtividade. Ele também rebateu as críticas à redução da jornada e procurou afastar o argumento de que a mudança inviabilizaria

Vigilância

Em publicação nas redes sociais, Lula classificou o 16 de outubro como um dia histórico e pediu mobilização para preservar a conquista. “Tem gente que não esconde que, se tiver chance, vai acabar com essa conquista de trabalhadores e trabalhadoras. Vamos nos manter vigilantes para proteger os direitos do povo!”, escreveu.

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Cerimônia de promulgação da PEC do fim da 6 x 1, aprovada pelo Senado em dois turnos, na quarta-feira, por 75 votos a favor e um contra

Carlos Vieira/CB/DA Press



Não tem uma conquista do povo trabalhador que não aparece aqueles dizendo: 'Olha, isso vai ser um atraso para o país, isso vai quebrar as empresas, isso vai quebrar a economia, isso não pode dar certo'. Isso é histórico, isso é crônico. Isso já faz parte da literatura política deste país"

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

empresas ou prejudicaria a atividade econômica. “Ninguém aqui deseja pôr a empresa quieta. Mas também ninguém quer que um trabalhador morra por falta de descanso”, declarou.

O chefe do Executivo defendeu que eventuais dificuldades de adaptação sejam discutidas entre empregados e empregadores, respeitando as particularidades de cada setor. Segundo ele, o objetivo não é comprometer a continuidade dos negócios, mas impedir que a busca por produtividade ocorra às custas da saúde dos trabalhadores. “Sempre que a sociedade conquista alguma coisa, aparece uma turma que não concorda, dizendo que não vai dar certo”, afirmou. Ele comparou a promulgação aos avanços sociais consolidados pela Constituição de 1988 e alertou para a possibilidade de retrocessos.

Na solenidade, Lula também elogiou a atuação dos parlamentares e destacou a importância de construir acordos entre Executivo e Legislativo, mesmo com bancadas governistas minoritárias nas duas Casas. Para ele, a aprovação demonstra que a negociação política pode viabilizar medidas de interesse público.

Alcolumbre, responsável por conduzir a sessão solene, disse ter cumprido uma promessa. “Assumi o compromisso de colocar as propostas em votação. Cumprir minha palavra. Hoje tenho a grande honra de conduzir sessão solene para sua promulgação”, ressaltou. O senador destacou que o tempo destinado ao descanso, à convivência familiar e aos cuidados pessoais representa um ganho que vai além da remuneração. “Quanto vale mais tempo para descanso? Quanto vale mais tempo com a família? Quanto vale mais tempo para cuidar de si e de quem se ama?”, questionou.

Motta, por sua vez, classificou o fim da 6x1 como a principal conquista da classe trabalhadora dos últimos anos, depois da criação da carteira de trabalho e do 13º salário. O presidente da Câmara afirmou que a proposta foi construída após debates com trabalhadores, especialistas, representantes da sociedade civil e do setor produtivo.

Integrantes da oposição no Senado acusam Alcolumbre de priorizar propostas de apelo popular para favorecer a reeleição de Lula e fortalecer sua própria candidatura à Presidência da Casa em 2027 (leia reportagem abaixo).

Leia mais sobre a PEC do fim da 6 x 1 na página 8

Oposição critica Alcolumbre; aliados veem “narrativa”

» **Pela PEC da Segurança**

A pouco mais de uma semana do segundo turno das eleições, integrantes da oposição no Senado avaliam que o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), tem atuado para favorecer a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e, de quebra, pavimentar sua permanência no comando do Congresso Nacional em 2027. Na leitura desses parlamentares, o senador passou a priorizar propostas de apelo popular, capazes de produzir repercussão eleitoral na reta final da disputa entre o petista e Flávio Bolsonaro (PL).

Entre as iniciativas apontadas pelos opositoristas estão o fim da escala 6x1 e a ampliação do teto de faturamento dos microempreendedores individuais

(MEIs), além da retirada da PEC da Segurança do plenário na quinta-feira, ante o racha na base governista sobre a redução da maioria penal.

As medidas são classificadas por adversários como parte de um “pacote de bondades” de Alcolumbre, que estaria usando a agenda legislativa para proporcionar entregas políticas ao governo federal às vésperas da votação de 25 de outubro. O entendimento é de que a aproximação com o Palácio do Planalto também atende aos interesses do próprio presidente do Senado.

A avaliação ganhou força após a promulgação, ontem, da Emenda da Constituição que encerra a escala 6x1 e estabelece a redução gradual da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem diminuição salarial.

A cerimônia foi conduzida por Alcolumbre, com a presença de Lula e do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). A PEC, uma das bandeiras do petista, foi aprovada pelo Senado na quarta-feira, por 75 votos favoráveis e apenas um contrário, após a adoção de um calendário especial de tramitação.

Questionamento

Embora a PEC tenha recebido apoio de diferentes partidos, inclusive da oposição, adversários de Alcolumbre questionam o momento escolhido para concluir a tramitação. Para esse grupo, a proximidade da eleição presidencial não pode ser dissociada da disposição do senador em acelerar a votação.

Outro ponto citado pelos opositoristas é a aprovação, também na quinta-feira, do projeto que amplia o teto de faturamento anual dos MEIs. A proposta recebeu 78 votos favoráveis e nenhum contrário no Senado, e segue para sanção presidencial. O texto eleva o limite dos atuais R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028, além de permitir a contratação de até dois empregados e prever o perdão de determinadas dívidas com a União. A medida alcança uma parcela do eleitorado formada por pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos formalizados.

Integrantes da oposição sustentam que a movimentação tem uma segunda finalidade: garantir a Alcolumbre condições políticas para disputar novamente a

Presidência do Senado. O cálculo atribuído ao parlamentar é de que uma eventual vitória de Lula facilitaria a construção de uma maioria favorável à sua permanência no posto, especialmente diante da nova composição do Congresso a partir de fevereiro de 2027. A avaliação considera a necessidade de articulação com diferentes bancadas, inclusive partidos que hoje integram a base governista.

Aliados do presidente da Casa disseram ao **Correio** que a narrativa criada pelo grupo opositorista não passa de “oportunismo”, uma vez que, nas palavras de um interlocutor, “é o desejo do povo brasileiro, e o presidente (Alcolumbre) havia dito que trabalharia a pauta depois do primeiro turno das eleições”. (AH)

A disputa entre a base governista e a oposição alcança a PEC da Segurança Pública, cuja tramitação é defendida pelo presidente nacional do PT, Edinho Silva. O dirigente acusou o PL e Flávio Bolsonaro de tentar desviar o foco da proposta de segurança ao incluir no debate a redução da maioria penal. Na avaliação dele, o tema deve ser discutido separadamente, para evitar que a alteração constitucional fique paralisada. Edinho cobrou do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, prioridade para a PEC, que, segundo afirmou, está madura para votação.